

ESTATISMO E ANARQUIA: EXCERTOS Mikhail Bakunin

PRINCÍPIOS DO ESTADO

[...] Assim, de um lado, o Estado, de outro, a revolução social; estes são os dois pólos, cujo antagonismo forma a própria essência da vida social atual em todo o continente europeu, mas de modo mais tangível na França do que em qualquer outro país. [...]

Entre a monarquia e a república mais democrática, só há uma diferença notável: sob a primeira, o pessoal burocrático oprime e explora o povo, em nome do rei, para o maior proveito das classes proletárias e privilegiadas, assim como em seu próprio interesse; sob a república, ele oprime e explora o povo da mesma maneira, para os mesmos bolsos e as mesmas classes, mas ao contrário, em nome da vontade do povo. Sob a república, a pseudonação, o país legal, por assim dizer, representado pelo Estado, sufoca e continuará a sufocar o povo vivo e real. O povo, contudo, não terá a vida mais fácil quando o porrete que o espancar se chamar popular. [...]

Assim, nenhum Estado, por mais democráticas que sejam as suas formas, mesmo a república política mais vermelha, popular apenas no sentido desta mentira conhecida sob o nome de representação do povo, está em condições de dar a este o que ele precisa, isto é, a livre organização de seus próprios interesses, de baixo para cima, sem nenhuma ingerência, tutela ou coerção de cima, porque todo Estado, mesmo o mais republicano e mais democrático, mesmo pseudopopular como o Estado imaginado pelo Sr. Marx, não é outra coisa, em sua essência, senão o governo das massas de cima para baixo, com uma minoria intelectual, e por isto mesmo privilegiada, dizendo compreender melhor os verdadeiros interesses do povo, mais do que o próprio povo. [...]

[...] Porque o Estado é precisamente sinônimo de coerção, domínio pela força, camuflada, se possível, e, se necessário, brutal e nua. [...]

Que proveito as massas populares eslavas extrairiam de um grande Estado? Estados deste gênero oferecem uma vantagem indubitável, não para os milhões de proletários, mas para a minoria privilegiada, o clero, a nobreza, a burguesia, isto é, a classe culta, a classe que, em nome de sua erudição titulada e de sua pretensa superioridade intelectual, imagina-se destinada a governar as massas; uma vantagem, digamos, para alguns milhares de opressores, carrascos, e exploradores do proletariado. Para o próprio proletariado, para as massas operárias miseráveis, quanto maior o Estado, mais pesados serão os grilhões e mais sufocantes as prisões. [...]

Assim, hoje, existe, para todos os países do mundo civilizado, um único problema universal,

um único ideal: a emancipação total e definitiva do proletariado da exploração econômica e do jugo do Estado. [...]

ESTADO E EMANCIPAÇÃO POPULAR

[...] A emancipação do proletariado é impossível em qualquer Estado que seja, e a primeira condição desta emancipação é a destruição de todo Estado. Ora, esta destruição só é possível pela ação combinada do proletariado de todos os países, cuja primeira forma de organização no terreno econômico é precisamente o objetivo da AIT. [...]

Quanto mais um Estado se amplia, mais seu organismo se torna complexo e, por isso mesmo, estranho ao povo; por conseguinte, mais seus interesses se opõem àqueles das massas populares, mais o jugo que mantém sobre elas é esmagador, mais o povo fica na impossibilidade de exercer um controle sobre ele, mais a administração do país se afasta da gestão pelo próprio povo. [...]

Virá o tempo em que não haverá mais Estados – o Partido Revolucionário Socialista tende, com todas as suas forças, a destruí-los na Europa – onde, sobre as ruínas dos Estados políticos, será fundada, com toda a liberdade, a aliança livre e fraterna, organizada de baixo para cima, das associações livres de produção, das comunas e das federações regionais englobando, sem distinção, por serem livres, os indivíduos de qualquer língua e de qualquer nacionalidade; aí, então, o acesso ao mar será aberto a todos em plena igualdade; aos habitantes do litoral, de modo direto, aos habitantes dos países distantes do mar, por meio de ferrovias liberadas de toda tutela, de todo imposto, de todas as taxas, regulamentações, arrelias, proibições, autorizações e regulamentos governamentais. Contudo, mesmo assim, os habitantes do litoral disporão ainda de muitas vantagens naturais de ordem material e cultural. O contato direto com o mercado mundial e, de modo geral, com o movimento universal da vida, desenvolve ao máximo; por mais que façais para igualar as relações, não podereis impedir que os habitantes do interior, privados dessas vantagens, vivam ou se desenvolvam mais fraca e lentamente do que aqueles que povoam o litoral. [...]

Assim, todos os governos, e mesmo todos os burgueses, acreditavam que o povo apoiava a burguesia e que bastava que esta se movimentasse ou fizesse um sinal para que todo o povo se levantasse com ela contra o governo. Hoje as coisas são bem diferentes: em todos os países da Europa, a burguesia teme, acima de tudo, a revolução social, e sabe que contra esse perigo, não existe outro refúgio senão o Estado; é por isso que ela quer e exige sempre o Estado o mais *forte* possível, ou, simplesmente, a ditadura militar; mas, para realizar suas ambições e enganar com mais facilidade o povo, faz questão que esta ditadura seja revestida das formas da representação nacional, que lhe permitam explorar as massas *em nome do próprio povo*. [...]

DEMOCRACIA REPRESENTATIVA, DITADURA E REVOLUÇÃO

Sobre esta ficção da pseudo-representação do povo e sobre o fato bem real do governo das massas populares por um punhado de privilegiados eleitos e até mesmo não eleitos, por

multidões votando sob a coação e ignorando por que votam – sobre esta expressão abstrata e fictícia do que é representado como o pensamento e a vontade populares, dos quais o povo real e vivo não possui sequer a mínima idéia –, estão fundadas, em igual medida, a teoria do Estado e a teoria da ditadura denominada revolucionária.

Entre a ditadura revolucionária e a centralização estatista, toda a diferença está nas aparências. No fundo, ambas são apenas uma única e mesma forma de governo da maioria pela minoria, em nome da suposta estupidez da primeira e da pretensa inteligência da segunda. É por isso que uma e outra são, no mesmo grau, revolucionárias, ambas tendo por efeito consolidar, direta e infalivelmente, os privilégios políticos e econômicos da minoria governante e a escravidão econômica e política das massas populares.

Vê-se agora, com clareza, por que os *revolucionários doutrinários*, cujo objetivo é derrubar os poderes e regimes existentes para fundar, sobre as ruínas destes, sua própria ditadura, nunca foram e jamais serão os inimigos, mas ao contrário, sempre serão os defensores mais ardentes do Estado. Eles só são inimigos dos poderes atuais, porque desejam tomar seu lugar; inimigos das instituições políticas existentes, porque elas tornam impossível sua ditadura; mas, ao mesmo tempo, são os mais calorosos amigos do poder de Estado, sem a manutenção do qual a revolução, após ter libertado de fato as massas populares, retiraria desta minoria pseudo-revolucionária toda esperança de atrelá-las a um novo jugo e provê-las de benefícios de suas medidas governamentais. [...]

Quem quer, não a liberdade, mas o Estado, não deve brincar de revolução. [...]

ESTATISMO SEGUNDO LASSALLE E MARX

Lassalle [...] chegava a esta conclusão: para obter uma liberdade real, uma liberdade fundada na igualdade econômica, o *proletariado deve se apoderar do Estado* e voltar a força estatista contra a burguesia em proveito da massa operária, do mesmo modo que hoje esta força está voltada contra o proletariado sob o interesse único da classe exploradora.

Todavia, como se apoderar do Estado? Para isso, só há dois meios: ou a revolução política ou a propaganda legal para uma reforma pacífica do Estado. Lassalle, enquanto alemão, enquanto homem de ciência, enquanto homem rico e de origem judaica, aconselhava o segundo.

Neste sentido e para este fim ele formou um partido importante, de caráter sobretudo político, o Partido Operário Alemão, que ele organizou, hierarquizando-o, submetendo-o a uma disciplina rigorosa e à sua ditadura; numa palavra, fez o que nestes três últimos anos¹ o sr. Marx quis fazer na Internacional. A tentativa de Marx fracassou, a de Lassalle obteve êxito. Como objetivo direto e imediato do partido, Lassalle fixou a agitação pacífica em todo o país, para conquistar o direito de eleger, em sufrágio universal, os deputados e os poderes públicos.

Uma vez conquistado este direito, por meio de uma reforma legal, o povo só deverá enviar

¹ Este livro foi escrito em 1873, ano seguinte à expulsão da corrente federalista da AIT no Congresso de Haia. Bakunin refere-se, portanto, ao processo da AIT que se dá desde 1870 e que culminaria na expulsão dos libertários por uma trapaça política orquestrada por Marx e outros autoritários (N.E.).

seus representantes ao parlamento, que, por uma série de decretos e leis, transformará o Estado burguês em Estado popular. O primeiro ato deste Estado será abrir um crédito ilimitado às associações populares de produção e de consumo, que, apenas neste caso, estarão em condições de se empenharem na luta com o capital burguês e, num curto prazo, vencê-lo e absorvê-lo. Realizada esta absorção, começará um período de transformação radical da sociedade.

Este é o programa de Lassalle, este é também o do Partido Operário Social-Democrata. Para dizer a verdade, este programa não é de Lassalle, mas de Marx que o expôs do início ao fim no famoso *Manifesto do Partido Comunista*, que ele e Engels publicaram em 1848. A “Mensagem Inaugural da Associação Internacional”, redigida por Marx em 1864, também faz clara alusão a isso: “A conquista do poder político tornou-se o primeiro dever da classe operária”, ou, como é dito no *Manifesto Comunista*, “a primeira etapa na revolução operária é a constituição do proletariado como classe dominante. O proletariado deve centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado como classe dominante”.

Não é evidente que o programa de Lassalle em nada se distingue daquele de Marx, que Lassalle reconhecia como seu mestre? Na brochura dirigida contra Schulze-Delitzsch, Lassalle, com clareza de fato genial, que caracteriza seus escritos, após ter exposto suas concepções fundamentais da evolução política e social da sociedade moderna, confessa que estas idéias, e até mesmo a terminologia, não são dele, mas do sr. Marx, que as enunciou e desenvolveu pela primeira vez numa obra extraordinária ainda inédita.

O protesto que Marx lançou *após a morte* de Lassalle, no Prefácio de *O Capital*, parece muito estranho. Marx se queixa amargamente que Lassalle lhe tenha roubado idéias. Protesto de fato singular da parte de um comunista, que prega a propriedade coletiva e não compreende que uma idéia, uma vez experimentada, não pertence mais a ninguém. [...]

Já exprimimos várias vezes uma aversão muito viva pela teoria de Lassalle e de Marx, que recomenda aos trabalhadores, se não como ideal supremo, pelo menos como objetivo essencial imediato, *a fundação de um Estado popular*, o qual, como eles próprios explicaram, não seria outra coisa senão “o proletariado organizado como classe dominante”.

ESTATISMO E DOMINAÇÃO

Se o proletariado se torna a classe dominante, quem, perguntar-se-á, dominará? Significa, portanto, que ainda permanecerá uma classe subjugada a essa nova classe dominante, a este novo Estado, nem que fosse, por exemplo, a plebe do campo, que, como se sabe, não goza da simpatia dos marxistas e que, situada no mais baixo grau da civilização, será dirigida, talvez, pelo proletariado das cidades e das fábricas; ou, então, se se considera a questão do ponto de vista étnico, digamos, para os alemães, a questão dos eslavos, estes se acharão, pela mesma razão, em relação ao proletariado alemão vitorioso, numa sujeição de escravo idêntica àquela deste proletariado em relação à sua burguesia.

Quem diz Estado, diz necessariamente dominação e, em conseqüência, escravidão; um Estado

sem escravidão, declarada ou disfarçada, é inconcebível; eis por que somos inimigos do Estado.

O que significa: o proletariado organizado como classe dominante? Significa dizer que este estará por inteiro na direção dos negócios públicos? Existem cerca de quarenta milhões de alemães. É possível que esses quarenta milhões façam parte do governo, e todo o povo governando, não haverá governados? Neste caso não haverá governo, não haverá Estado, mas se houver um, haverá governados, haverá escravos.

Na teoria marxista, este dilema é resolvido de modo muito simples. Por governo popular, os marxistas entendem o governo do povo por meio de um pequeno número de representantes eleitos pelo povo no sufrágio universal. A eleição, pelo conjunto da nação, dos representantes pretensamente do povo, e dos dirigentes do Estado – o que é a última palavra dos marxistas, bem como da escola democrata – é uma mentira que esconde o despotismo da minoria dirigente, mentira ainda mais perigosa por ser apresentada como a expressão da pretensa vontade do povo.

Assim, sob qualquer ângulo que se esteja situado para considerar esta questão, chega-se ao mesmo resultado execrável: o governo da imensa maioria das massas populares se faz por uma minoria privilegiada. Esta minoria, porém, dizem os marxistas, compor-se-á de operários. Sim, com certeza, de antigos operários, mas que, tão logo se tornem governantes ou representantes do povo, cessarão de ser operários e pôr-se-ão a observar o mundo proletário de cima do Estado; não mais representarão o povo, mas a si mesmos e suas pretensões de governá-lo. Quem duvida disso não conhece a natureza humana. [...]

[...] O pseudo-Estado popular nada mais será do que o governo despótico das massas proletárias por uma nova e muito restrita aristocracia de verdadeiros ou pretensos doutos. Não tendo o povo a ciência, ele será de todo libertado das preocupações governamentais e integrado por inteiro no rebanho dos governados. Bela libertação!

Os marxistas dão-se conta desta contradição e, ainda que admitindo que a direção governamental dos doutos, a mais pesada, a mais vexatória e a mais desprezível que possa existir, será, quaisquer que possam ser as formas democráticas, uma verdadeira ditadura, consolam-se com a idéia de que esta ditadura será temporária e de curta duração. Eles sustentam que sua única preocupação e seu único objetivo será dar instrução ao povo, elevá-lo, tanto econômica quanto politicamente, a um tal nível que todo governo não tardará a se tornar inútil; e o Estado, após ter perdido seu caráter político, isto é, autoritário, transformar-se-á por si mesmo em organização de todo livre dos interesses econômicos e das comunas.

Eis aí uma flagrante contradição. Se seu Estado é de fato um Estado popular, por que motivos dever-se-ia suprimi-lo? E se, por outro lado, sua supressão é necessária para a emancipação real do povo, como se poderia qualificá-lo de Estado popular? Ao polemizar com eles, nós os levamos a reconhecer que a liberdade, ou a anarquia, isto é, a livre organização das massas operárias, de baixo para cima, é o último objetivo da evolução social, e que todo Estado, inclusive seu Estado popular, é um jugo, o que significa que, por um lado, engendra o despotismo e, por outro, a escravidão.

Segundo eles, este jugo estatista, esta ditadura é uma fase de transição necessária para chegar à emancipação total do povo: sendo a anarquia ou a liberdade, o objetivo, e o meio, O Estado ou a ditadura. Assim, portanto, para libertar as massas populares, dever-se-ia começar por subjugar-las.

No momento, nossa polêmica parou nesta contradição. Os marxistas sustentam que só a ditadura, evidentemente a deles, pode criar a liberdade do povo; a isso respondemos que nenhuma ditadura pode ter outro objetivo senão o de durar o máximo de tempo possível e que ela é capaz apenas de engendrar a escravidão no povo que a sofre e educar este último nesta escravidão; a liberdade só pode ser criada pela liberdade, isto é, pela insurreição de todo o povo e pela livre organização das massas trabalhadoras de baixo para cima. [...]

MEIOS E FINS

Enquanto a teoria político-social dos socialistas antiautoritários ou anarquistas os conduz de modo infalível a uma ruptura completa com todos os governos, com todas as formas de política burguesa, e não lhe deixa outra saída senão a revolução social, a teoria adversa, a teoria dos comunistas autoritários e do autoritarismo científico, atrai e imobiliza seus partidários, a pretexto de tática, em compromissos incessantes com os governos e os diferentes partidos políticos burgueses, quer dizer, leva-os direto ao campo da reação. [...]

Ponto capital deste programa: a emancipação (pretensa) do proletariado *pelo único meio do Estado*. Todavia, para isso, é preciso que o Estado aceite tornar-se o emancipador do proletariado, livrando-se do jugo do capital burguês. Como, portanto, inculcar esta vontade no Estado? Para isso só podem existir dois meios: o proletariado faz a revolução para se apoderar do Estado – meio heróico. Depois de ter se apoderado do Estado, ele deveria, segundo nossa opinião, destruí-lo de imediato, enquanto eterna prisão das massas proletárias; ora, segundo a teoria do sr. Marx, o povo, não só não deve destruir o Estado, mas deve, ao contrário, reforçá-lo, torná-lo ainda mais poderoso, sob esta forma, colocá-lo à disposição de seus benfeitores, tutores e educadores, os chefes do Partido Comunista, numa palavra, à disposição do sr. Marx e de seus amigos, que logo começarão libertá-lo à sua maneira. Eles controlarão as rédeas do governo, visto que o povo ignorante precisa de uma boa tutela, criarão um Banco do Estado único, que concentrará em suas mãos a totalidade do comércio, da indústria, da agricultura e até mesmo da produção científica, enquanto a massa do povo será dividida em dois exércitos: o exército industrial e o exército agrícola, sob o comando direto dos engenheiros do Estado, que formarão uma nova casta político-científica privilegiada. [...]

Os democratas mais fervorosos e mais vermelhos foram, ainda são e permanecerão, sob este aspecto, burgueses, e bastará sempre uma afirmação séria, não só por palavras, de reivindicação ou instintos socialistas por parte do povo, para que eles se lancem de imediato no campo da reação mais negra e mais insensata. [...]

REVOLUÇÃO POLÍTICA E REVOLUÇÃO SOCIAL

Este programa [programa de Marx rejeitado no Congresso de Genebra de 1866] se tornou o do

Partido Operário Social-Democrata. Retomando alguns dos principais artigos do programa da Internacional aceito pelo Congresso de Genebra, ele bifurca bruscamente e recomenda aos operários alemães “a conquista do poder político” como “um objetivo próximo e imediato” do novo partido, recomendação completada pela seguinte frase significativa: “A conquista dos direitos políticos (sufrágio universal, liberdade de imprensa, liberdade de associação e de reunião, etc.) é a condição prévia da libertação econômica dos trabalhadores”.

Isto quer dizer que, antes de empreender a revolução social, os trabalhadores devem fazer a revolução política; ou, então, o que responde melhor ao temperamento alemão, conquistar, ou, mesmo, o que é ainda mais simples, obter o direito político por uma ação pacífica de propaganda. E como todo movimento político, que antecipa o movimento social, ou, que dá no mesmo, que se situa fora dele, não pode ser outra coisa senão um movimento burguês, o programa do Partido Operário Social-Democrata recomenda aos trabalhadores alemães desposarem, antes de mais nada, os interesses e os objetivos da burguesia radical, que, em seguida, por gratidão, não libertará o povo, mas o subjugará a um novo poder, a uma nova exploração. [...]

[...] Os “aliancistas”² propuseram, à Liga da Paz e da Liberdade, reconhecer como objetivo principal de todas as suas aspirações: “a igualdade dos indivíduos” (não só no plano político ou jurídico, mas antes de mais nada, no plano econômico) “e das classes” (visando à sua completa abolição). [...]

Estamos persuadidos, e toda a História Moderna o confirma, que enquanto a humanidade estiver dividida entre uma minoria de exploradores e uma maioria de explorados, a liberdade será inconcebível e permanecerá uma mentira. Se desejais a liberdade para todos, sois obrigados a querer conosco a igualdade universal. Vós a desejais ou não? [...]

Sobre a bandeira pangermânica está inscrito: manutenção e reforço do Estado a qualquer preço; sobre a bandeira da revolução social, nossa bandeira, está gravado, ao contrário, em letras de fogo e sangue: destruição de todos os Estados, abolição da civilização burguesa, organização espontânea de baixo para cima, por meio de alianças livres, organização da plebe operária revoltada e de toda a humanidade liberta e fundação de uma nova sociedade humana.

Seleção e edição: Felipe Corrêa

Tradução: Plínio A. Coêlho

² Membros da Aliança da Democracia Socialista, grupo político anarquista de Bakunin (N.E.).

MIKHAIL BAKUNIN

ESTATISMO E ANARQUIA

APÊNDICE A

Para que não haja mal-entendidos, fazemos questão de precisar que o que denominamos *ideal* do povo não tem nenhuma analogia com as soluções, fórmulas e teorias político-sociais elaboradas fora da vida deste, por doutos ou semidoutos, que têm a liberdade para fazê-lo, oferecidas de forma generosa à *multidão ignorante* como a condição expressa de sua futura organização. Não temos a mínima fé nessas teorias e as melhores dentre elas dão-nos a impressão de leitões de Procusto, muito exíguos para conter o amplo e poderoso curso da vida popular.

A ciência mais racional e mais profunda não pode adivinhar as formas que a vida social assumirá no futuro. Ela pode apenas definir os fatores *negativos*, que decorrem, de modo lógico, de uma rigorosa crítica da sociedade atual. Assim, a ciência sócio-econômica, procedendo a esta crítica, chegou à negação da propriedade individual hereditária, por conseguinte, ao conceito abstrato e, por assim dizer, *negativo*, da propriedade coletiva como condição necessária do futuro sistema social. Da mesma maneira, veio negar a própria noção do Estado e do sistema estatista, isto é, de todo sistema, que consiste em governar a sociedade de cima para baixo em nome de um pretenso direito teológico ou metafísico, divino ou científico e, em consequência, a emitir o conceito diametralmente oposto e, portanto, negativo: a anarquia, quer dizer, a organização livre e autônoma de todas as unidades ou partes separadas que compõem as comunas e sua livre federação, fundada de baixo para cima, não pela injunção de qualquer autoridade que seja, mesmo eleita, nem tampouco pelas formulações de uma sábia teoria, qualquer que seja ela, mas em consequência do desenvolvimento natural das necessidades de todos os tipos, que a própria vida fizer aparecer.

Nenhum sábio está, portanto, em condições de ensinar ao povo, ou definir para ele, o que será ou deverá ser seu modo de vida, logo após a revolução social. Esse modo de vida será determinado, em primeiro lugar, pela situação de cada povo e, em segundo, pelas necessidades que nascerão em cada um deles e manifestar-se-ão com o máximo de força, portanto, de modo algum por diretrizes ou notas explicativas vindas de cima e, de maneira geral, por teorias, quaisquer que sejam elas, concebidas às vésperas da Revolução.

Sabemos que, hoje, há na Rússia uma tendência favorável à formação de pretensos educadores do povo. Alguns acreditam que se deve começar por instruir o povo e, quando este estiver instruído e compreender seus direitos, poder-se-á, então, impeli-lo à revolta. Porém, logo surge uma pergunta: o que ireis ensinar ao povo? O que vós mesmos não sabeis, o que não podeis saber e o que deveis, antes de mais nada, aprender com ele?

Nesta tendência ou neste partido, que está longe, por sinal, de ser novo, devem-se distinguir duas categorias de pessoas.

A mais numerosa é a dos doutrinários, dos charlatães, dos quais a maioria mistifica-se a si mesma e que, sem recusar as satisfações e os proveitos que a sociedade atual concede a uma minoria de ricos e privilegiados, quer, ao mesmo tempo, adquirir ou conservar a reputação de homens devotados de forma profunda à causa da emancipação do povo, e, inclusive, a de revolucionários, quando isto não acarreta grandes inconvenientes. Muitos destes belos senhores surgiram na Rússia. Vê-se fundarem bancos populares, cooperativas de consumo e de produção, ocupam-se, é evidente, do problema da mulher, e intitulam-se, ruidosamente, defensores da ciência, positivistas, e, agora, marxistas. O traço comum que os caracteriza é o de não aceitarem nenhum sacrifício, de proteger e preservar, acima de tudo, sua cara pessoa e, ao mesmo tempo, quererem aparecer como homens avançados sob todos os aspectos. Com as pessoas desta categoria, por mais numerosas que sejam, toda discussão é inútil. Antes da revolução, a única coisa a fazer é desmascará-las e confundi-las; em tempo de revolução. . . , mas esperemos que, nesse momento, estes indivíduos tenham desaparecido por si mesmos.

Ora, há uma outra categoria, composta de jovens honestos, sinceramente devotados e que, nestes últimos tempos, lançaram-se, como por

desespero, nesta tendência, apenas porque crêem que, nas atuais circunstâncias, não há outra causa a servir, nem outra saída. Não daremos uma característica mais precisa destes jovens para não atrair sobre eles a atenção da polícia; mas aqueles dentre eles, que lerem estas linhas, compreenderão que nossas palavras dirigem-se a eles.

Gostaríamos justamente de perguntar-lhes o que entendem por instruir o povo. Trata-se de ensinar-lhe a ciência racional? Até onde sabemos, seu objetivo não é este. Eles não ignoram que o governo prenderia, desde a primeira tentativa, qualquer pessoa que procurasse introduzir a ciência nas escolas públicas e que, por outro lado, nosso povo, na situação miserável em que se encontra, não se interessa por isso. Para tornar-lhe as questões teóricas acessíveis, é preciso modificar sua vida e, de início, transformar, de modo radical, as condições materiais de sua existência, subtraindo-o da miséria que o esmaga por todos lados e o condena, por assim dizer, aos tormentos da fome.

De que maneira as pessoas honestas podem modificar a vida material do povo? Elas não têm de forma alguma o poder, e o Estado, como tentaremos demonstrá-lo mais à frente, é incapaz de melhorar a condição material do povo; a única coisa que o Estado pode fazer em seu favor é dissolver-se, desaparecer, visto que sua existência é incompatível com a felicidade do povo, felicidade que só poderá ser criada pelo próprio povo.

O que podem fazer seus amigos? Levá-lo a um movimento e a uma ação autônomos e, antes de mais nada — afirmam precisamente os defensores de boa fé da tendência da qual acabamos de falar —, indicar-lhe as vias e os meios que o conduzirão à emancipação.

Vias e meios podem ser de dois tipos: uns, puramente revolucionários e visando direto à organização de uma insurreição geral do povo; outros, mais pacíficos, abordando sua emancipação por uma transformação de forma sistemática e lenta, mas ao mesmo tempo radical, de suas condições de existência. Esta segunda tática, se se quer segui-la com sinceridade, exclui, é óbvio, a indecente propaganda dos economistas burgueses em favor da poupança, pela simples razão de que o povo proletário, em geral, e o nosso, em particular, não pode economizar sequer um centavo.

Ora, o que podem fazer as pessoas honestas para levar nosso povo ao caminho de uma lenta mas radical transformação de suas condições

materiais? Criar cátedras de sociologia no campo? Em primeiro lugar, o governo vigilante e paternal não o tolerará; em segundo, os camponeses, infelizmente, não compreenderão em absoluto nada e troçarão dos professores; enfim, a sociologia é a ciência do futuro; hoje, ela é infinitamente mais rica em questões não resolvidas do que em respostas positivas, e não precisamos dizer que nossos miseráveis mujiques não têm tempo de fato para se interessar por ela; só se pode agir sobre eles por uma ação prática, de forma alguma pela teoria.

Qual pode ser esta ação prática? Deve ela fixar-se como objetivo principal, senão como único objetivo, levar nossa imensa massa camponesa ao caminho das transformações econômicas, que só interessa a ela, e concebidas no espírito da sociologia moderna? Esta ação não pode ser outra coisa senão a formação de associações artesanais e de sociedades cooperativas de empréstimos, consumo e produção, sobretudo estas últimas, mais diretamente do que as outras indo no sentido do objetivo: a emancipação do Trabalho da dominação do Capital.

Esta emancipação, porém, será possível nas condições econômicas que regem a sociedade atual? A ciência, apoiando-se em fatos e, de modo preciso, em toda uma série de experiências realizadas nestes últimos vinte anos, em diferentes países, responde de forma categórica que é impossível. Lassalle, do qual, diga-se de passagem, estamos longe de ser adeptos, demonstrou em suas brochuras esta impossibilidade do modo mais brilhante e mais popular, e sobre isso estão de acordo com ele todos os economistas modernos, burgueses, é verdade, mas sérios, que parecem descobrir, a contragosto, a impotência do sistema cooperativo, no qual vêm, com bastante razão, um pára-raios contra o raio da revolução social.

De seu lado, a Internacional, durante anos, agitou a questão das associações cooperativas; embasando-se em numerosos argumentos, chegou às seguintes conclusões, formuladas no Congresso de Lausanne (1867) e confirmadas no Congresso de Bruxelas (1868).

A cooperação, sob todos os seus aspectos, é, sem sombra de dúvida, uma forma equitativa e racional do futuro sistema de produção. Contudo, para que ela possa alcançar seus objetivos, que são a emancipação das massas laboriosas, sua retribuição em função do produto integral de seu trabalho e a satisfação de suas necessidades, a terra e o capital, sob qualquer

forma que seja, devem ser convertidos em propriedade coletiva. Enquanto isto não for feito, a cooperação, na maioria dos casos, será esmagada pela concorrência todo-poderosa do grande capital e da grande propriedade fundiária; nos raros casos em que, por exemplo, esta ou aquela sociedade de produção, funcionando de modo forçoso mais ou menos fechada, conseguir suportar e sobrepujar esta concorrência, este êxito terá como único resultado engendrar uma nova classe privilegiada de felizes cooperadores na massa miserável dos proletários. Assim, nas condições atuais da Economia social, a cooperação não pode proporcionar a emancipação às massas operárias; entretanto, oferece a vantagem, mesmo agora, de habituar os trabalhadores a unirem-se, organizarem-se e conduzirem seus próprios interesses.

Todavia, apesar desta incontestável utilidade, o movimento cooperativo, que, no início, tinha avançado a largos passos, enfraqueceu-se de forma sensível na Europa nestes últimos tempos, pela simples razão de que as massas operárias, hoje convencidas de que não podem obter, por este meio, sua emancipação, não julgaram necessário recorrer à cooperação para aperfeiçoar seus conhecimentos práticos; não tendo mais confiança neste meio para alcançar seus objetivos, logo se desviaram do caminho que conduz à cooperação, isto é, que não conduz a ela, e estas massas não têm mais tempo para consagrar-se a estes exercícios, mesmo úteis.

O que é verdade no oeste não poderia ser falso no leste, e não pensamos que o movimento cooperativo possa conseguir uma amplitude muito grande na Rússia. Atualmente, a cooperação se choca com mais obstáculos ainda do que no Ocidente. Uma das principais razões de seu êxito, lá onde ela deu certo, foi a iniciativa individual, a perseverança e a coragem, mas o espírito individual é muito mais desenvolvido no Ocidente do que na Rússia, onde ainda reina o espírito gregário. Além disso, os próprios fatores externos, sejam eles políticos ou sociais, assim como o grau de instrução, são incomparavelmente mais propícios no Ocidente do que na Rússia, para a formação e a expansão das sociedades cooperativas, e, apesar de tudo, o movimento cooperativo está em declínio. Assim, como ele poderia implantar-se na Rússia?

Dir-se-á que o caráter gregário dos movimentos populares russos pode favorecê-lo. O que constitui o progresso é o aperfeiçoamento incessante

da organização do trabalho, da indústria e de seus produtos; sem este aperfeiçoamento, a luta contra a concorrência do Capital, já tão desigual, é impossível, incompatível com uma atividade gregária forçosamente rotineira. É isto que faz com que, na Rússia, a cooperação não possa se desenvolver senão em limites muito fracos, para não dizer ínfimos; e, enquanto for assim, o Capital, com sua esmagadora superioridade, e o governo, com seus meios ainda mais esmagadores, não sentirão, nem sua presença, nem seus efeitos.

De resto, compreendemos de forma perfeita que os jovens, muito sérios e muito honestos para se consolarem com frases liberais e dissimularem seu egoísmo sob tagarelices doutrinárias, sem alma e sem pensamento, numa palavra, sob as sábias tagarelices dos Mirtov e dos Kedrov, muito cheios de vida e entusiasmo, e, por outro lado, para permanecerem de braços cruzados numa vergonhosa passividade e não vendo outra saída diante deles, entreguem-se ao movimento dito cooperativo. Isto lhes dá pelo menos o meio e a ocasião de entrar em contato com os trabalhadores, tomar assento a seu lado, trabalhando com eles, conhecê-los bem e, na medida do possível, agrupá-los, para alcançar pelo menos um objetivo qualquer. Tudo isto, obviamente, é, ao infinito mais consolador e útil do que nada fazer.

Deste ponto de vista, não somos adversários das experiências cooperativas; mas, ao mesmo tempo, pensamos que os jovens, que as tentam, não devem ter ilusões quanto aos resultados que delas podem esperar. Nas grandes cidades e nas aldeias, que possuem uma fábrica, entre os operários, estes resultados podem ser bastante apreciáveis. Ao contrário, serão insignificantes na população rural, onde se perderão como o grão de areia no deserto ou a gota de água no mar..

Porém, será verdade que não há, na Rússia, outra saída ou outra causa a servir fora das empresas cooperativas? Pensamos, com franqueza, que isto não é verdade.

Há, no povo russo, na mais ampla escala, dois fatores que podemos considerar como condições prévias da revolução social. Este povo possui todas as razões para vangloriar-se de uma miséria extrema e de uma servidão, que é um modelo do gênero. Seus sofrimentos são infinitos e ele não os suporta de forma alguma com paciência e resignação, mas com um

profundo e feroz desespero, que, por duas vezes na História, traduziu-se por terríveis explosões populares: a revolta de Stenka Razin e a de Pugatchev, e que, ainda hoje, não cessa de exprimir-se em contínuas insurreições camponesas.

O que o impede, portanto, de fazer uma revolução vitoriosa? Será a ausência de um ideal comum, capaz de conceber uma revolução popular, dar-lhe um objetivo bem definido, ideal sem o qual, como já dissemos, não há revolta simultânea e generalizada de todo o povo possível e, por conseguinte, o êxito da revolução? Porém, seria justo dizer que este ideal não se criou, desde agora, no povo russo?

Se este ideal não existisse, se não se tivesse formado na consciência do povo, pelo menos em seus traços essenciais, seria preciso abandonar toda esperança de uma revolução na Rússia, porque este vem das profundezas da vida do povo, decorre de forma necessária das provações pelas quais este passou no decorrer da História, de suas aspirações, de seus sofrimentos, de seus protestos, de sua luta, tudo sendo a expressão, por assim dizer, figurada, inteligível a todos, e sempre muito simples em suas verdadeiras necessidades e esperanças.

É claro que se o povo não forma por si próprio este ideal, ninguém estará em condições de lhe dar. Não se pode, com efeito, dar ao indivíduo, à sociedade ou ao povo, o que não existe neles, não só em germe, mas mesmo desenvolvido até um certo grau. Tomemos o indivíduo; se uma idéia não existe nele em estado de noção mais ou menos clara, que ajude, por assim dizer, o instinto a revelar-se, o que quer que fizerdes, não a explicareis e, sobretudo, não o fareis concebê-la. Tomai um burguês satisfeito com sua sorte; tendes a esperança de fazê-lo, um dia, admitir que o proletário tem o direito de desenvolver de forma plena sua humanidade e participar, em pé de igualdade, de todos os gozos, de todas as satisfações, de todas as vantagens da vida social, ou de demonstrar-lhe a legitimidade e a salutar necessidade da revolução social? É evidente que não, se não perdestes a razão, sequer o tentareis; e por que não o tentareis? Porque estareis certo de que (mesmo admitindo que este burguês seja bom por natureza, inteligente, que tenha nobreza de caráter, grandeza de alma, dedicado à justiça — observai as concessões que eu faço; burgueses deste gênero não existem muitos — que ele seja muito culto e até mesmo sábio)

ele não vos compreenderá e nunca será um revolucionário socialista. E por que não o será? Pela simples razão de que a vida não criou nele as aspirações naturais que correspondem à vossa idéia revolucionária socialista. Se, ao contrário, estas aspirações existissem nele, mesmo em germe, ou sob as formas mais extravagantes, qualquer que fosse o atrativo para sua sensibilidade ou a satisfação de seu amor-próprio que sua situação social lhe concede, ele não poderia estar contente consigo.

Ao contrário, tomai um indivíduo, o menos instruído ou o mais simplório, por pouco que descobris, nele, sentimentos instintivos e, inclusive, obscuros, aspirações desinteressadas correspondentes à idéia revolucionária socialista, por mais primitivas que sejam suas verdadeiras noções, não vos espantareis; ao contrário, ocupar-vos-eis dele com seriedade, com amor e vereis com que amplitude e paixão ele compreenderá, assimilará vossa idéia, ou, melhor, a sua própria, visto que ela não será outra coisa senão a expressão clara, inteira e lógica de seu próprio instinto, de forma que, no fundo, nada lhe tereis dado, nada de novo, mas apenas revelado o que nele existia bem antes de vosso encontro. Eis por que digo que ninguém pode dar coisa alguma a alguém.

Porém, se isto é verdadeiro aplicado ao indivíduo, é-o ainda mais aplicado a todo o povo. É preciso ser três vezes imbecil ou um incurável doutrinário para crer que se pode dar o que quer que seja ao povo, presentear-lhe um bem material qualquer ou uma outra mentalidade ou moralidade, ou, ainda, uma nova verdade, e imprimir, de modo arbitrário, à sua existência uma nova orientação ou, como sustentava o falecido Tchaadaev, há trinta e seis anos, falando do povo russo, escrever sobre ele, como sobre uma página virgem, qualquer coisa.

Entre os grandes gênios, há bem poucos até aqui que tenham feito alguma coisa pelo povo; os gênios do povo são os grandes aristocratas, e tudo o que fizeram até o presente só serviu para instruir, fortalecer e enriquecer a minoria exploradora; as massas miseráveis, abandonadas e oprimidas por todo mundo, tiveram de abrir seu caminho, de imenso martírio, para a liberdade e a luz por incessantes esforços, obscuros e estéreis. Os maiores gênios não trouxeram e não podiam trazer uma nova substância à sociedade e, eles próprios criados por ela, não trouxeram e não trarão, prosseguindo e ampliando a obra dos séculos, senão novas formas para

esta mesma substância, que renova e desenvolve, sem cessar, a evolução da vida social.

Porém, repito-o: os mais ilustres gênios nada ou bem pouco fizeram até agora, propriamente falando, para o povo, quer dizer, para os milhões de proletários. A vida, a evolução, o progresso do povo, pertencem, de forma exclusiva, ao próprio povo. Este progresso não se realiza, é evidente, por meio de estudos livrescos, mas sim por um aumento natural da experiência e do pensamento; transmitido de geração a geração, o progresso evolui por necessidade, desenvolve sua própria substância, aperfeiçoa-se e toma forma, é claro, com uma extrema lentidão; um número infinito de pesadas e amargas provações históricas fizeram com que, em nossos dias, enfim, as massas populares de todos os países, pelo menos os países da Europa, compreendessem que nada devem esperar das classes privilegiadas e dos Estados atuais, e, até mesmo, de maneira geral, das revoluções políticas, e que só poderão se emancipar por seu próprio esforço, por meio da revolução social. Isto ainda define o ideal universal, que, hoje, anima as massas populares desses países e as faz agir.

Este ideal existe na concepção do povo russo? Existe, não há dúvida, e sequer há necessidade de analisar com profundidade a consciência histórica de nosso povo para definir seus aspectos fundamentais.

O primeiro e o principal destes aspectos é a convicção, partilhada por todo o povo, de que a terra, esta terra regada de suor e fecundada com seu trabalho, pertence-lhe de modo integral. O segundo, não menos importante, é ainda a convicção de que o direito à fruição do solo pertence, não ao indivíduo, mas a toda a comunidade rural, ao *mir*,³⁸ que reparte a terra, a título temporário, entre os membros da comunidade. O terceiro destes aspectos, de importância igual à dos dois precedentes, é a autonomia quase absoluta, ao mesmo tempo que a gestão comunitária do *mir* e, em conseqüência, a hostilidade manifesta deste último para com o Estado.

Estes são os três aspectos fundamentais, que caracterizam o ideal do povo russo. Por sua natureza, eles correspondem de forma plena ao ideal, que se formou nestes últimos tempos na consciência do proletariado dos países latinos, os quais estão hoje infinitamente mais próximos da revolução social do que os países germânicos. Entretanto, o ideal do povo russo é obscurecido por outros três aspectos, que desnaturam seu caráter e com-

plicam ao extremo, retardando-a, sua realização; aspectos, que devemos, por conseguinte, combater com toda nossa energia, e que são bem possíveis de combater, visto que o próprio povo já se engajou no combate.

Estes três aspectos são: 1) o estado patriarcal; 2) a absorção do indivíduo pelo *mir*; 3) a confiança no czar.

Poder-se-ia acrescentar, como quarto aspecto característico, a religião cristã, quer esta diga respeito à Igreja Ortodoxa Oficial ou a uma seita; mas, de acordo com nossa opinião, na Rússia, esta questão está longe de assumir a mesma importância que nos países católicos, e mesmo nos países protestantes da Europa Ocidental. Os revolucionários socialistas, é óbvio, não a negligenciam e aproveitam-se de cada ocasião para dizer, diante do povo, a verdade mortífera ao Senhor Sabaoth e a seus representantes na terra: teólogos, metafísicos, políticos, juristas, policiais e economistas burgueses. Porém, não colocam a questão religiosa em primeiro plano, persuadidos de que a superstição do povo, tendência natural de seu obscurantismo, é, entretanto, menos enraizada em sua ignorância do que em sua miséria, em seus sofrimentos naturais e nos vexames inauditos de toda espécie que este povo sofre no quotidiano; que as idéias e as histórias religiosas, esta tendência fantástica pelo absurdo, têm um aspecto bem mais prático do que teórico e, assim, são menos uma aberração do que um protesto da vida, da liberdade e da paixão contra o peso insuportável da existência; que a Igreja é para o povo um tipo de cabaré dos céus, assim como o cabaré é um tipo de igreja celestial sobre a Terra; na igreja como no cabaré, o povo esquece, nem que seja por um momento, a fome, a opressão, as humilhações, e tenta apaziguar a sensação de sua miséria quotidiana, ora por uma crença insensata, ora pelo vinho. Uma e outra embriaguez se equivalem.

Os revolucionários socialistas sabem disto e estão, desta forma, convencidos de que só será possível suprimir o sentimento religioso no povo pela revolução social, nunca pela propaganda abstrata e doutrinária dos pretensos livres-pensadores. Estes senhores livres-pensadores são burgueses da cabeça aos pés, incorrigíveis metafísicos por suas maneiras, seus hábitos e seu modo de viver, mesmo quando se dizem positivistas e se crêem materialistas. Parece-lhes que a vida decorre do pensamento, que ela é a realização de uma idéia preestabelecida e, a partir disto, afirmam que o pensamento, sem dúvida seu pensamento indigente, deve dirigir a própria

vida; não compreendem que o pensamento decorre, ao contrário, da vida, e que, para modificar o pensamento, é preciso transformar a vida. Dai ao povo uma ampla existência humana e ele vos surpreenderá com o profundo racionalismo de suas idéias.

Os doutrinários inveterados, que se intitulam livres-pensadores, têm ainda outra razão para preferir a propaganda doutrinal anti-religiosa à ação prática. São, em sua maioria, revolucionários medíocres e egoístas vaidosos, ao mesmo tempo que poltrões. Além do mais, por sua situação social, pertencem às classes cultas e agarram-se a seu conforto, ao luxo refinado, aos vãos prazeres do espírito, de que a vida destas classes é preenchida. Compreendem que a revolução popular, brutal e expeditiva por natureza, assim como pelos fins que ela persegue, não parará diante da supressão do mundo burguês, que lhes fornece tantas delícias; assim, independente do fato de que não estão de forma alguma dispostos a atrair para si os sérios transtornos aos quais se expõe, ao servir honestamente à causa revolucionária, e a suscitar a indignação de seus protetores, admiradores, amigos, colegas, menos liberais e menos temerários que eles, mas muito úteis, com os quais estão ligados por sua formação intelectual, suas relações mundanas, seu gosto pelo luxo e pelo conforto, não têm o mínimo desejo de desencadear uma revolução da qual têm medo, revolução que os derrubaria de seu pedestal e lhes faria perder de imediato todas as vantagens de sua situação atual.

Ora, eles não querem admitir isto e crêem-se obrigados a surpreender o mundo burguês por seu radicalismo e fazer a juventude revolucionária e, se possível, o próprio povo, seguirem seus passos. Porém, como fazer? É preciso surpreender o mundo burguês, mas sem indispor-lo; é preciso seduzir a juventude revolucionária e, ao mesmo tempo, evitar o abismo revolucionário! Para isto, só há um meio: voltar a cólera pseudo-revolucionária contra Deus. Eles estão tão seguros de que Deus não existe que não temem sua cólera. As coisas são bem diferentes quando se trata das autoridades, de qualquer autoridade que seja, desde o czar até o último policial! Bem diferentes também quando se trata de pessoas ricas ou que a situação social as torna poderosas, desde o banqueiro e o judeu agiota, até o último grande comerciante do campo ou proprietário de terras! A cólera destas pessoas pode se expressar de modo mais cáustico.

Em virtude deste raciocínio, os livres-pensadores declaram uma guerra implacável a Deus, rejeitando do modo mais radical a religião em todas as suas manifestações e sob todas as suas formas, invectivam contra a teologia e as quimeras metafísicas, contra as superstições populares, quaisquer que sejam elas, em nome da ciência, que eles têm, é evidente, em seu bolso, e com as quais envolvem seus intermináveis escritos — mas, ao mesmo tempo, dirigem-se com a maior urbanidade a tudo o que representa aqui embaixo uma autoridade política ou social, e se acontece de, levados pela lógica ou pela opinião pública, se permitirem recusar uma ou outra, fazem-no em termos tão cortesês, tão lenientes que se tem a impressão de que é preciso ter o espírito bem mal constituído para se zangar com essas autoridades; eles lhes deixam, por sinal, portas de saída e exprimem o desejo de que elas se corrijam. Esta aptidão a esperar e a crer nessas autoridades é tão grande que chegam até a supor, como coisa possível, que nosso senado governante tornar-se-á, cedo ou tarde, o organismo que libertará o povo. (Conferir o último programa, o terceiro, pela cronologia, de *Vpered*, publicação não periódica, cuja edição é esperada para breve em Zurique.)

Deixemos de lado esses charlatões e passemos ao nosso problema.

Não se deve jamais, sob nenhum pretexto e qualquer que seja o objetivo perseguido, enganar o povo. Isto seria, não só criminoso, mas, além disto, nefasto, enquanto meio de servir à causa revolucionária; nefasto porque todo logro, qualquer que seja, é, por essência, limitado, mesquinho, estreito, sempre muito aparente para enganar alguém, e, assim, a juventude revolucionária estaria de modo forçoso situada diante da direção mais enganadora, mais arbitrária, mais insensata e mais oposta ao povo. O indivíduo só é forte quando defende ferozmente uma boa causa, quando fala e age segundo suas profundas convicções. Assim, qualquer que seja a situação, sabe sempre o que convém dizer e fazer. Ele pode sucumbir, mas, comprometer-se e comprometer sua causa é impossível. Se procuramos libertar o povo pela mentira, com certeza nos desviaremos, abandonaremos o bom caminho, perderemos de vista o próprio objetivo e, se tivermos ainda um pouco de influência sobre o povo, nós o faremos desviar-se de seu caminho, o que significa dizer que agiremos no sentido da reação e em seu proveito.

Deste modo, visto que somos ateus profundamente convictos, adversários de toda crença religiosa e materialistas, toda vez que falarmos de religião para o povo, teremos a obrigação de exprimir-lhe com franqueza nosso ateísmo, direi mais, nossa hostilidade para com a religião. A todas as perguntas que ele nos fizer sobre este assunto deveremos responder com honestidade e, mesmo quando for necessário, isto é, quando se puder esperar resultado disto, esforçar-nos-emos para explicar-lhe e demonstrar-lhe a justeza de nossos argumentos. Porém, não devemos provocar por nós mesmos estas discussões. Não devemos colocar a questão religiosa no primeiro plano de nossa propaganda ao povo. Fazê-lo, estamos convictos disto, equivale a trair a causa.

O povo não é doutrinário nem filósofo. Não tem tempo nem hábito de se interessar por diversas questões ao mesmo tempo. Ao se apaixonar por uma, esquece as outras. Daí decorre, para nós, a obrigação de apresentar-lhe a questão essencial da qual, mais do que qualquer outra, depende sua libertação. Ora, esta questão é indicada por sua própria situação e por toda sua existência; é a questão econômico-política: econômica no sentido da revolução social; política no sentido da supressão do Estado. Divertir o povo com a questão religiosa é desviá-lo do problema essencial, é trair sua causa.

Esta causa consiste apenas em realizar o ideal do povo, corrigindo-o eventualmente segundo as aspirações deste, e seguindo, por ela ser a melhor, a direção mais direta e mais curta que o próprio povo ditará.

Indicamos três infelizes aspectos que, antes de tudo, obscurecem o ideal do povo russo. Digamos agora que os dois últimos: a absorção do indivíduo pelo *mir* e o culto ao czar, são, por assim dizer, os efeitos naturais do primeiro, isto é, do estado patriarcal do povo e, portanto, este estado é um mal histórico, o maior de todos, por infelicidade um mal que vem do povo e que devemos combater com toda a nossa energia.

Este mal deformou toda a vida russa, deu-lhe este caráter de imobilismo pesado, de espessa sujeira familiar, de mentira inerente, de hipocrisia ávida e, enfim, de servilismo, que a tornam insuportável. O despotismo do marido, do pai, em seguida do irmão mais velho, fez da família, já imoral por seu fundamento jurídico-econômico, a escola da violência e da ignorância triunfantes, da covardia e da perversão quotidianas no lar. Sepulcros caiados é uma expressão que caracteriza bem a família russa. O

pai de família russo, mesmo efetivamente bom mas sem caráter, é um simples epicurista bonachão, inocente ou irresponsável, um ser sem nenhuma consciência clara do que quer que seja, sem saber direito o que quer, fazendo com indiferença e sem sequer se dar conta, quase ao mesmo tempo, o Bem e o Mal. Seus atos são bem menos determinados por um objetivo do que pelas circunstâncias, por suas disposições do momento e, sobretudo, pelo meio; habituado a obedecer no lar, continua a obedecer e a curvar o dorso ao sabor do vento, e na sociedade é criado para ser e permanecer escravo; mas não será de modo algum um déspota. Não terá força para isto. Assim, também, não chicoteará ninguém e apoiará, com certeza, o infeliz, culpado ou inocente, a quem a autoridade desejar fustigar. A autoridade assume, para ele, três aspectos essenciais e sagrados: o pai, o *mir* e o czar.

Se ele possui caráter e sangue quente, será ao mesmo tempo escravo e déspota; um déspota exercendo sua tirania sobre todos aqueles que estão sob sua sujeição e dependem de seu arbítrio. Só reconhecerá como senhor o *mir* e o czar. Se ele é o chefe da família, conduzir-se-á em sua casa como déspota absoluto, mas será o criado *do mir* e o escravo do czar.

A comunidade rural é todo o seu universo. Ela nada mais é senão sua família e, num plano mais amplo, seu clã. É o que explica o fato de, no *mir*, prevalecer o princípio patriarcal, uma execrável tirania, assim como uma covarde submissão, por conseguinte, uma negação absoluta de todo o direito do indivíduo, como na família. As decisões do *mir*, quaisquer que sejam, são lei. “Quem ousa opor-se *ao mir*!”, exclama o mujique. Veremos que além do czar, de seus funcionários, de seus senhores que estão, para dizer a verdade, fora *do mir*, ou, melhor, acima dele, há, no povo russo, um personagem que tem a audácia de se opor ao *mir*: é o salteador. Eis por que o salteador é um importante fenômeno histórico na Rússia — os primeiros revoltados, os primeiros revolucionários na Rússia, Pugatchev e Stenka Razin eram salteadores.

No *mir*, o direito de voto é reservado aos anciãos, aos chefes de famílias. Celibatários, ou mesmo casados, mas não separados dos pais, os jovens devem executar as ordens e obedecer. Porém, acima da comunidade, de todas as comunidades rurais, há o czar, patriarca universal e fundador do clã, pai de todas as Rússias. Seu poder sem limites vem daí.

Cada comunidade forma um todo fechado, o que faz com que — e esta é uma das grandes infelicidades da Rússia — sequer uma comunidade tenha ou sinta a necessidade de ter o mínimo laço orgânico autônomo com as outras comunidades. Elas se ligam entre si apenas por intermédio do “paizinho, o czar” e apenas pelo poder supremo, patriarcal, que ele exerce.

Dizemos que esta é uma grande infelicidade. É claro que a desunião paralisa o povo, condena suas revoltas quase sempre locais e dispersas, a uma derrota certa e, por isso mesmo, consolida a vitória do despotismo. Assim, um dos principais deveres da juventude revolucionária é estabelecer, custe o que custar, e por todos os meios possíveis, um laço vivo de revolta entre as comunidades rurais desunidas. A tarefa é difícil, mas não é impossível, pois a História nos mostra que durante as comoções, por exemplo durante a guerra intestina do impostor Dimitri, durante a revolução de Stenka Razin e de Pugatchev, assim como no decorrer da insurreição de Novgorod, no início do reinado do imperador Nicolau, as comunidades rurais esforçaram-se para estabelecer por sua própria iniciativa este laço salutar.

As comunidades rurais são inumeráveis e seu “paizinho” comum, o czar, mantém-se bem alto acima delas, ainda que um pouco abaixo do Senhor, para poder se ocupar pessoalmente de todas. Ora, se o próprio Deus necessita, para governar o mundo, apelar para uma multidão de servidores e de forças celestes: serafins, querubins, arcanjos, anjos de seis e de duas asas, o czar não pode, por muito mais razões, prescindir de auxiliares. É-lhe preciso toda uma administração, militar, civil, judicial e policial. Assim, entre o czar e o povo, entre o czar e a comunidade rural, há o Estado, militar, policial, burocrático e forçosamente centralizado.

Imaginado sob estes aspectos, o czar-paizinho, protetor e benfeitor do povo, está situado muito alto, poder-se-ia dizer, nos confins dos céus, enquanto o verdadeiro czar, o czar-cnute, o czar-ladrão, o czar-assassino, o Estado, ocupa seu lugar. Daí decorre este estranho fato, segundo o qual o povo venera um czar imaginário e, ao mesmo tempo, execra o czar real, materializado no Estado.

Nosso povo detesta de forma profunda e apaixonada o Estado e todos aqueles que, sob qualquer forma que seja, o representam a seus olhos.

Ainda há pouco, seu ódio estava dividido entre os nobres e os funcionários e, às vezes, parecia detestar os primeiros mais do que os segundos, ainda que, no fundo, seu ódio por ambos fosse igual. Porém, a partir do momento em que, em conseqüência da abolição da servidão, a nobreza encontrou-se, de modo manifesto, forçada à ruína e ao desaparecimento, ou à obrigação de voltar à sua forma primitiva de casta a serviço exclusivo do Estado, o povo a englobou em seu ódio comum a todos os funcionários. Não é necessário demonstrar a que ponto seu ódio é legítimo!

O Estado esmagou e corrompeu de forma irremediável a comunidade rural russa, já viciada o bastante por seu sistema patriarcal. Sob seu jugo, as eleições comunitárias tornaram-se um logro; as pessoas eleitas, por um tempo determinado, pelo povo — chefes, decanos, oficiais municipais de polícia, síndicos —, foram transformadas, de um lado, em instrumentos do poder e, do outro, em criados venais dos ricos camponeses. Nestas condições, os últimos vestígios de justiça, de verdade e de simples humanidade, acabaram por desaparecer das comunidades rurais, arruinadas, além do mais, pelo censo e pelas corvéias, e de modo literal esmagadas pela arbitrariedade das autoridades. Mais do que nunca, o assalto se tornou a única saída para o Indivíduo, e a insurreição geral, a revolução, para todo o povo.

Nesta situação, o que pode fazer o nosso proletariado intelectual, a juventude revolucionário-socialista russa, íntegra, sincera e devotada ao extremo? Ela deve sem dúvida ir ao povo, porque, hoje, em todo o mundo, mas sobretudo na Rússia, fora do povo, fora dos milhões e milhões de proletários, não há mais, nem existência, nem causa, nem futuro. Porém, como e por que ir ao povo?

Na época atual, depois do infeliz epílogo da aventura Netchaev, as opiniões, segundo parece, estão para nós bem divididas; mas, da confusão geral das idéias, duas tendências principais e diametralmente opostas se destacam desde já. Uma, de caráter mais pacífico, pende para a ação preparatória; outra, favorável aos movimentos insurrecionais, tende direto a pôr o povo em estado de se defender.

Os partidários da primeira tendência não crêem que a revolução seja de fato possível. Todavia, como não querem e não podem permanecer espectadores passivos de suas infelicidades, estão resolvidos a ir ao povo para partilhar, de modo fraterno, suas misérias, ao mesmo tempo para instruí-

lo e prepará-lo para a ação, não na teoria, mas na prática, dando o exemplo. Irão entre os operários das fábricas e, trabalhando lado a lado, esforçar-se-ão para disseminar entre eles o gosto pela associação...

Outros tratarão de fundar colônias rurais, onde, além da fruição da terra em comum, o que nossos camponeses conhecem muito bem, aplicar-se-á um princípio que eles ainda ignoram, mas que, do ponto de vista econômico, é indispensável: a cultura coletiva da terra, em comum, e a partilha igualitária dos produtos ou de seu valor, isto conforme à mais rigorosa equidade, não jurídica, mas humana, isto é, exigindo mais trabalho dos capazes e dos fortes e um pouco menos de esforço daqueles que são menos aptos e mais fracos, sendo os ganhos repartidos, não em proporção ao trabalho realizado, mas em função das necessidades de cada um.

Esses instigadores contam com seduzir os camponeses com seu exemplo e sobretudo com as vantagens, que esperam da organização do trabalho coletivo; é a mesma esperança nutrida por Cabet quando, depois do fracasso da Revolução de 1848, partiu com seus icarianos para a América, onde fundou sua Nova Icária, cuja existência foi efêmera. Ora, é preciso dizer que, para o êxito deste tipo de experiência, o terreno norte-americano convinha, apesar de tudo, melhor do que o terreno russo. Reina, na América do Norte, uma completa liberdade, enquanto em nossa Rússia abençoada reina... o czar.

Entretanto, não se limitam aí as esperanças daqueles que querem preparar e iniciar, de forma pacífica, o povo. Ao organizar sua vida doméstica na base de uma completa liberdade, eles entendem opor-se ao odioso regime patriarcal, em que repousa toda a escravidão russa. Significa dizer que querem atacar nosso principal mal social em sua raiz e, por conseguinte, aplicar-se, de fato, a corrigir o ideal do povo e a disseminar neste último noções práticas sobre a justiça, a liberdade e os meios de se emancipar.

Tudo isto é muito bonito, bastante magnânimo e nobre, mas é realizável? Admitindo que um ou outro empreendimento obtenha êxito, seria apenas uma gota de água no mar, e uma gota de água está longe de bastar para preparar, revoltar e libertar nosso povo; de qualquer forma, isto exigiria muitos meios, muitas forças vivas, e os resultados seriam ínfimos.

Aqueles que fazem planos desse gênero, desejando realizá-los com sinceridade, cerram, com certeza, os olhos, para não ver, em todo o seu

horror, nossa realidade russa. Pode-se, de antemão, predizer-lhes as piores desilusões tão logo passem à execução, porque, exceto um pequeno número, um número muito pequeno de casos felizes, a maioria deles não ultrapassará o estágio inicial e não terá a coragem de ir mais longe.

Que se tente a experiência, caso não se veja nada além disso diante de si, mas que também se diga que isso é pouco, muito pouco para libertar, para salvar nosso pobre povo mártir.

A outra tendência é a da luta, da revolta. Confiamos nela e apenas dela esperamos a salvação.

Nosso povo tem, de modo manifesto, necessidade de ajuda. Ele se encontra numa situação tão desesperada que se poderia sem dificuldade levar à revolta qualquer vilarejo. No entanto, embora toda revolta, mesmo quando fracassa, tenha sempre sua utilidade, ações isoladas não são, contudo, suficientes. É preciso que o campo se insurja de uma só vez. Os vastos movimentos populares, conduzidos por Stenka Razin e Pugatchev, demonstram que é possível fazê-lo. Estes movimentos nos provam que, na consciência popular, vive com efeito um ideal, que o povo se esforça para realizar; mas do fracasso destes movimentos tiramos a conclusão de que este ideal possui graves lacunas, que fizeram e continuam a criar obstáculos ao êxito.

Estas lacunas foram por nós assinaladas, ao mesmo tempo em que exprimíamos nossa convicção de que o primeiro dever de nossa juventude revolucionária é fazer de tudo para combatê-las na consciência popular; e, a fim de provar que esta luta é possível, mostramos que ela já começou, no próprio povo, há muito tempo.

A luta contra o regime patriarcal está travada, hoje, em quase todo vilarejo, em toda família, e a comunidade rural, o *mir*, tornou-se a tal ponto um instrumento do poder de Estado, detestado pelo povo, e da arbitrariedade burocrática, que a revolta contra este poder e esta arbitrariedade é, ao mesmo tempo, uma revolta contra o despotismo da comunidade rural e do *mir*.

Resta o culto ao czar; pensamos que ele fragmentou-se e enfraqueceu-se de forma séria na consciência popular durante os dez ou doze últimos anos, graças à política de sabedoria e amor pelo povo por parte do imperador Alexandre, o Bom. O senhor-proprietário-fundiário-escravagista não existe

mais; ora, ele era um pára-raios, que, em geral, atraía o raio do ódio popular. Permaneceram o nobre, o negociante-proprietário de terras, o camponês abastado, e, sobretudo, o funcionário, anjo ou arcanjo do czar. Ora, o funcionário é o executor da vontade do czar. Por mais mergulhado que esteja na ignorância, por sua confiança histórica insensata no czar, nosso mujique começa, enfim, a compreendê-lo. E como não compreendê-lo? Há uma década que, dos cantos mais longínquos da Rússia, o mujique envia seus deputados-suplicantes para falar com o czar, de quem escutam uma única e mesma resposta: "*Vós não obtereis mais outra liberdade!*"

Ora, se o mujique é ignorante, ele não é idiota. E seria preciso que ele fosse o maior dos imbecis para não compreender, enfim, depois de tantos fatos que saltam à vista e provações sofridas em sua própria carne, que não possui pior inimigo do que o czar. Explicar-lhe isto, fazer-lhe sentir por todos os meios possíveis e, explorando todos os incidentes deploráveis e trágicos com os quais é preenchida no quotidiano a vida russa, mostrar-lhe que todos os atos de arbitrariedade e de violência, de assalto e pilhagem por parte dos funcionários, dos proprietários fundiários, dos papas e dos ricos camponeses, que lhe tornam a vida tão dura, emanam direto da autoridade do czar, apóiam-se sobre esta autoridade e só são possíveis por ela; demonstrar-lhe, numa palavra, que este Estado tão detestado é o próprio czar, tão-somente ele, esta é, hoje, a tarefa essencial, a tarefa obrigatória da propaganda revolucionária.

Porém, não é tudo. O principal vício que paralisa, e até o presente momento tornou impossível a insurreição geral do povo na Rússia, é a organização fechada das comunidades rurais, o isolamento e a desunião destas comunidades. É preciso, a qualquer preço, quebrar esta separação absoluta e religar entre elas todas as comunidades rurais isoladas, por meio da corrente ativa do pensamento, da vontade e da causa revolucionária. É preciso ligar entre si os camponeses mais instruídos dos vilarejos, dos cantões e, se possível, das regiões, os homens da vanguarda, os revolucionários saídos naturalmente do mundo rural russo e, em todos os lugares onde for possível, estabelecer os mesmos laços vivos entre os operários das fábricas e os camponeses. Estes laços só podem ser individuais. Ainda que agindo, isto é óbvio, com a maior circunspecção, é necessário que os camponeses mais ativos e mais avançados de cada vilarejo, de cada cantão, de cada

região, sejam colocados em contato com os mesmos camponeses dos outros vilarejos, cantões e regiões.

É preciso convencer, antes de mais nada, estes elementos avançados do campo e, através deles, se não todo o povo, pelo menos a maior parte deste, a parte mais enérgica, que, para o conjunto do povo, dos vilarejos, dos cantões e das regiões de toda a Rússia, e até mesmo fora de suas fronteiras, só existe um mal comum e, em conseqüência, uma única causa comum. É preciso convencê-los de que o povo traz nele uma força invencível, contra a qual nada e ninguém poderia resistir; e que, se esta força até agora não libertou o povo, foi apenas porque ela só é poderosa quando está unida e age em todos os lugares ao mesmo tempo, em unísono, com um mesmo objetivo, e porque, até agora, não foi unificada. Para unificá-la, é preciso que os vilarejos, os cantões e as regiões façam suas ligações e se organizem, segundo um plano comum, com o único objetivo de libertar o povo. A fim de dar, a este último, o sentimento e a consciência de uma unidade real, é necessário criar um tipo de jornal, impresso, mimeografado ou escrito à mão, e, até mesmo, retransmitido verbalmente, que teria como objetivo fazer conhecer de imediato e em todos os lugares ao mesmo tempo, nos recantos mais longínquos, nas regiões, nos cantões e nos vilarejos, toda insurreição, seja ela popular, camponesa ou operária, que viesse a eclodir num ponto qualquer do país, assim como os movimentos revolucionários importantes do proletariado da Europa Ocidental; isto para que nosso camponês ou nosso operário russo não se sinta só, mas saiba, ao contrário, que ele tem atrás de si, vergada sob o mesmo jugo, mas animada com o mesmo entusiasmo, a massa inumerável dos proletários de todo o mundo, que se prepara para a insurreição universal.

Esta é a tarefa e, digamo-lo com franqueza, o único objetivo da propaganda revolucionária. De que maneira esta ação deve ser concretizada por nossa juventude, não se pode precisá-la nos escritos.

Digamos apenas que o povo russo só reconhecerá a juventude intelectual como sendo a sua própria, quando ela vier compartilhar sua vida, sua miséria, sua causa e sua revolta desesperada.

Doravante, é preciso que esta juventude esteja presente não como testemunha, mas como participante ativa, na primeira fileira da ação, e que esteja pronta a se sacrificar, em todos os lugares e em qualquer mo-

mento, em todos os movimentos e insurreições populares, tanto os maiores como os menores. É preciso que, embora agindo segundo um plano concebido com rigor e eficácia, e submetendo, neste sentido, todos os seus atos à mais estrita disciplina, a fim de que seja criada esta unanimidade, sem a qual não há vitória possível, ela mesma aprenda e ensine ao povo, não só a resistir ferozmente, mas também a passar com ousadia ao ataque.

Mais uma palavra, para concluir. A classe que denominamos nosso proletariado intelectual e que, na Rússia, já se encontra numa situação francamente sócio-revolucionária, ou seja, numa situação impossível e desesperada, deve agora imbuir-se de uma paixão refletida pela causa revolucionário-socialista, se não quiser sucumbir de modo vergonhoso, em pura perda; é ela que, doravante, é chamada para ser a organizadora da revolução popular. Para ela, não há outra saída. É verdade que poderia, graças à instrução que recebeu, procurar um pequeno lugar mais ou menos vantajoso nas fileiras já bem compactas e muito pouco acolhedoras dos ladrões, exploradores e opressores do povo. Porém, antes de mais nada, estes lugares estão cada vez mais raros, ainda que sejam acessíveis a um reduzido número. A maioria dos beneficiários só colhe, por sinal, vergonha e traição, e termina sua vida na penúria, na vulgaridade e na baixeza. Nosso apelo só se dirige, portanto, àqueles para quem a traição é inconcebível e, até mesmo, impossível.

Tendo rompido, de forma irremediável, todo vínculo com o mundo dos exploradores, dos assassinos e dos inimigos do povo russo, eles devem se considerar como um precioso capital, reservado de modo exclusivo à causa da libertação do povo, capital que só deverá ser gasto para desenvolver a propaganda nas massas populares e para preparar, de modo gradual, organizando-a em conjunto, a insurreição de todo o povo.

MIKHAIL BAKUNIN

ESTATISMO E ANARQUIA

APÊNDICE B

PROGRAMA DA SEÇÃO ESLAVA DE ZURIQUE

1. A Seção eslava, aderindo sem reserva aos Estatutos Gerais da Associação Internacional dos Trabalhadores, adotados no primeiro Congresso (Genebra, setembro de 1866), atribui-se de forma expressa como objetivo a propaganda dos princípios do socialismo revolucionário e a organização das forças populares nos países eslavos.

2. Ela combaterá com igual vigor as tendências e manifestações do pan-eslavismo, isto é, a libertação dos povos eslavos com a ajuda do império russo, assim como do pangermanismo (libertação dos povos eslavos) com o apoio da civilização burguesa dos alemães, que hoje se esforçam para organizar-se num grande Estado pretensamente popular.

3. Ao adotar o programa revolucionário anarquista, que, só ele, segundo nossa opinião, reflete todas as condições de uma emancipação real e completa das massas populares, e convencidos de que a existência do Estado, sob qualquer forma que seja, é incompatível com a liberdade do proletariado, é um obstáculo à aliança fraternal internacional dos povos, queremos a abolição de todos os Estados. Para os povos eslavos, em particular, esta abolição é uma questão de vida ou morte, ao mesmo tempo que é o único meio de se reconciliar com os povos de outras raças, por exemplo, os povos turco, magiar ou alemão.

4. Com o Estado, deve obrigatoriamente desaparecer tudo o que se chama Direito jurídico, toda regulamentação de cima para baixo por intermédio das leis e do poder governamental, regulamentação que nunca

teve outro objetivo senão o de instituir e sistematizar a exploração do trabalho do povo em proveito das classes dirigentes.

5. A abolição do Estado e do Direito jurídico terá necessariamente por efeito a abolição da propriedade individual hereditária e da família jurídica fundada sobre esta propriedade, visto que ambas se opõem à justiça humana.

6. Apenas a abolição do Estado, do direito de propriedade e da família jurídica, permitirá organizar a vida do povo de baixo para cima, sobre a base do trabalho e da propriedade coletivos, tornados, pela própria força das coisas, possíveis e obrigatórios para todos, por meio da Federação absolutamente livre dos indivíduos nas associações [de produção] ou nas comunas autônomas, ou, ainda, para além das comunas e das divisões regionais e nacionais de todos os tipos, em grandes associações homogêneas, ligadas entre si pela identidade de interesses e de aspirações sociais, das comunas na nação e das nações na Humanidade.

7. A Seção eslava, professando o materialismo e o ateísmo, combaterá todos os tipos de culto, todas as Igrejas, oficiais ou não, e, embora testemunhando, em seus discursos assim como em seus atos, o maior respeito pela liberdade de consciência de todos e o direito sagrado de cada um de propagar suas idéias, esforçar-se-á para destruir a noção de Deus em todas as suas manifestações religiosas, metafísicas, doutrinárias, políticas e jurídicas, persuadida de que esta noção funesta foi e ainda é a consagração de todo tipo de escravidão.

8. A Seção eslava tem o maior respeito pelas ciências positivas; ela reivindica para o proletariado a instrução científica igual para todos, sem distinção de sexo, mas, inimiga de todo governo, rejeita com cólera e desprezo o governo dos doutos como o mais arrogante e nefasto de todos.

9. A Seção eslava reivindica, ao mesmo tempo que a liberdade, a igualdade de direitos e de deveres para o homem e para a mulher.

10. Ainda que buscando a libertação dos povos eslavos, a Seção não se propõe organizar um mundo eslavo à parte, hostil, por sentimento

nacional, aos povos de outras raças. Ao contrário, ela tenderá, com todas as suas forças, a que os povos eslavos façam parte da grande família humana que a Associação Internacional dos Trabalhadores tem por missão formar sobre as bases da liberdade, da igualdade e da fraternidade.

11. Em razão da elevada missão — a libertação das massas populares de toda tutela e de todo governo — da qual se encarregou a Associação Internacional, a Seção eslava não admite que possa haver no seio desta associação algum poder supremo ou governo que seja; em conseqüência, não pode aceitar outra organização senão uma Federação livre de Seções autônomas.

12. A Seção eslava não admite, nem verdade oficial, nem programa político uniforme impostos, seja pelo Conselho Geral, seja por um Congresso Geral. Aceita apenas uma completa solidariedade dos indivíduos, das Seções e das Federações, na luta econômica dos trabalhadores de todos os países contra os exploradores. Ela se esforçará, em particular, para associar os operários eslavos a todas as conseqüências práticas desta luta.

13. A Seção eslava admite para as Seções de todos os países: a) a liberdade de propaganda filosófica e social; b) a liberdade política, sob a condição de que ela não invada a liberdade e os direitos das outras Seções e Federações; c) a liberdade de organização visando à revolução popular; d) a liberdade de relações com as Seções e Federações dos outros países.

14. Tendo em vista que a Federação Jurassiana proclamou de viva voz estes princípios e os coloca em prática de forma sincera, a Seção eslava deu-lhe sua adesão.